Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense **Class.:** 274

Data: 29 de Novembro de 1984 **Pg.:**

Tancredo promete demarcar as reservas indígenas

O candidato da Aliança ouve os representantes das comunidades indígenas

O candidato da Aliança Democrática à Presidência, Tancredo Neves, defendeu ontem a manutenção das populações indígenas no seu território de origem e comprometeu-se em realizar, no seu governo, a demarcação das terras indígenas. A promessa de Tancredo foi feita a 15 representantes da comunidade indígena, antropólogos e membros de entidades pró-índio que foram ao seu comitê eleitoral para entregar o documento conclusivo do simpósio "índio-Estado", terminado ontem.

EM nome das tribos indígenas, Janocula, do Parque do Xingu, fez a entrega do documento e pediu a Tancredo uma mudança na política indigenista no País. Demarcação das terras, assistência médica e educacional são alguns dos itens da reivindicação, que tem como base a transformação da Funai em órgão ligado diretamente à Presidência da República.

O candidato das oposições foi ainda saudado pelo presidente das Uniões Indígenas, Ailton Kreanek, e pelo pataxó Nailton Muniz.

Proposto canal índio-governo

O próximo governo brasileiro deve se preocupar em criar canais de comunicação diretos entre o índio e o Estado. Isto porque a maioria dos conflitos em áreas indígenas e também a nível nacional é reflexo da inexistência deste canal. Esta é uma das diretrizes gerais inseridas no documento contendo os subsídios à formulação de uma nova política indigenista que foi levado ontem, por um grupo de líderes indígenas e de representantes de entidades de apoio ao índio, ao candidato Tancredo Neves, em seu escritório político no Setor Comercial Sul.

Os subsídios foram colhidos durante o simpósio "Índios e Estado", promovido pela Fundação Pedroso Horta, cujo encerramento se deu terça-feira no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. O documento salienta que a Fundação Nacional do Índio, órgão oficial que serve de intermediário entre o índio e o Estado, tem observado, ao longo de sua existência, uma política de erradicar as especificidades dos povos indígenas. Em conseqüência, há constantes choques com a nação constituída de plurietnias. Assim, esperam que o próximo governo reconheça a realidade dos índios brasileiros, assentada na heterogeneidade étnico-cultural.

Para que isto aconteça, de acordo com as conclusões do simpósio, é necessário observar certas diretrizes, criando canais pelos quais os índios possam se exprimir diante do Estado. Isto levaria ao surgimento de mecanismos de representação, que exprimiriam realmente a vontade dos povos indígenas, sem a intermediação de órgãos que venham a manipular ou deturpar a sua vontade.

LEGISLAÇÃO

Os participantes do encontro, segundo a antropóloga Alcida Ramos, salientaram ainda a necessidade de cumprimento da legislação e dos acordos internacionais assinados pelo Brasil. Como exemplo, citam a convenção 107 (Tratado de Genebra) que trata da defesa dos povos indígenas e dos seus direitos pelas nações independentes. Essa legislação deve ser obedecida por um governo democrático, considerando e respeitando os direitos dos índios com o mesmo peso atribuído aos direitos do resto da sociedade, principalmente em questões de projetos estatais. Além disso, acrescentam os participantes do simpósio, o próximo governo deve reconhecer a complexidade da questão indígena, deixando a elaboração e a execução da política à responsabilidade de quem entende realmente do assunto, não permitindo o desligamento dos anseios da base.